

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**Entre o Reformismo e o Revolucionário: uma análise da atuação da APP – Sindicato
frente as políticas do governo Richa (2011 – 2012)**

Curitiba
2013

VINÍCIUS PRADO ALVES

Entre o Reformismo e o Revolucionário: uma análise da atuação da APP – Sindicato frente as políticas do governo Richa (2011 – 2012)

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Políticas Educacionais

Orientadora: Prof. Dr. Tais Moura Tavares

Curitiba
2013

Á meu iflho, que um dia compreenderá os dias e meses de minha ausência, dedico também a minha companheira que sempre me apoiou em todo este processo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha orientadora professora doutora Tais Moura Tavares, que enriqueceu muito este trabalho com seus apontamentos, gostaria de agradecer também a todos os professores do curso de Especialização em Políticas Educacionais, em especial a professora doutora Andreia Gouvêia e o professor doutor Marcos Bassi, que junto a minha orientadora foram os que mais me influenciaram neste processo de formação.

Gostaria de agradecer também meus colegas de turma, que durante todo o curso, em seus posicionamentos e apresentação de trabalhos me ajudaram ter uma maior compreensão sobre os objetos com os quais trabalhamos.

Agradeço também aos colegas de trabalho do Parque da Ciência Newton Freire Maia, que me acolheram muito bem neste período em que estive em Curitiba para os estudos.

Por fim agradeço a minha família e sempre me apoiou e me compreendeu nestes quase dois anos de curso, de muitas ausências e devaneios de minha parte.

A Necessidade do Sindicato

Mas quem é o sindicato?

Ele fica sentado em sua casa com o telefone?

Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas?

Quem é ele?

Você, eu, vocês, nós todos.

Ele veste a sua roupa, companheiro, e pensa com a sua cabeça.

Onde more é a casa dele, e quando você é atacado, ele luta.

Mostre-nos o caminho que devemos seguir e, nós seguiremos com você.

Mas não siga sem nós o caminho correto.

Ele é sem nós o mais errado.

Não se afaste de nós.

Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós!

Que o caminho curto é melhor do que o longo, ninguém nega.

Mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós,

de que serve a sua sabedoria?

Seja sábio conosco!

Não se afaste de nós!

(Bertold Brecht)

RESUMO

A década de 90 representa um período de grandes mudanças nas concepções do sindicalismo brasileiro, aos poucos vai se perdendo o caráter de contestação ao sistema capitalista, e o de luta pela liberdade e emancipação da classe trabalhadora, e vai tomando conta do sindicalismo uma concepção de conciliação com o capital, mudando o foco da luta para questões imediatas e materiais. Neste contexto é que ocorrem as transformações que influenciam a atual conjuntura da política da Central Única dos Trabalhadores e da APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. O objetivo deste trabalho foi o de, a partir de análise do jornal oficial do sindicato o “30 de Agosto”, analisar a atuação e os posicionamentos da APP - sindicato frente as políticas educacionais do dois primeiros anos do Governo Beto Richa (2011 – 2012), e verificar em que medida estes posicionamentos e ações se aproximam mais de uma concepção revolucionária ou reformista de sindicato. O trabalho aponta para um complexa conjuntura, onde na dinâmica da luta sindical, em certos momentos e pontos, a concepção sindical vai se mostrar mais próxima de um ou de outro modelo.

Palavras-Chave: Políticas Educacionais, Sindicalismo, Trabalhadores em Educação, APP – Sindicato

ABSTRACT

The 90s is a period of great change in conceptions of Brazilian unionism gradually weakens the character of challenge to the capitalist system , and the struggle for freedom and emancipation of the working class , and that takes account of unionism a conception of reconciliation with capital, shifting the focus of the struggle for immediate and substantive issues . This context is that transformations occur that influence the current situation of the Central Workers policy and APP - Union of Workers in Public Education of the State of Paraná . The aim of this study was to , from analyzing the official journal of the union " August 30 " , to analyze the performance and positioning of APP - union forward the educational policies of the first two years of the Government Beto Richa (2011-2012) , and check to what extent these positions and actions are closer to a revolutionary or reformist conception of union . The work points to a complex environment , where the dynamics of union struggle at times and points , union design will show closer to one or another model .

Keywords : Educational Policies , Syndicalism , Education Workers , APP - Syndicate

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Conjuntura Sindical.....	10
A CUT.....	10
APP-Sindicato.....	13
Modelos Sindicais.....	17
Sindicato Revolucionário.....	17
Sindicato Reformista.....	20
30 de Agosto, a voz da APP – Sindicato.....	23
Considerações Finais.....	29
Referências Bibliográficas.....	32

INTRODUÇÃO

A APP – Sindicato, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná, constitui a maior organização sindical do estado do Paraná, e historicamente tem tido uma participação importante na discussão sobre as políticas públicas para a educação no estado. No ano de 2011, assume o governo do estado o governador Beto Richa, do PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, partido defensor das políticas neoliberais, do estado-mínimo e com uma plataforma de governo de choque de gestão e enxugamento da máquina pública.

Neste cenário da luta sindical e implementação de políticas públicas, sobre tudo as políticas educacionais, o presente trabalho se propõe a discutir, as seguintes questões: de que maneira se posicionou a APP-Sindicato frente às políticas educacionais implementadas pelo governo Beto Richa no período de 2011 a 2012? E em que medida estes posicionamentos aproximam a APP – Sindicato de uma concepção sindical mais revolucionária e/ou reformista?

Partindo de uma visão de que as políticas públicas são resultados apenas das concepções ideológicas daqueles que governam, mas sim fruto de uma disputa política e de uma tensão entre os vários atores sócias organizados, o estudo de tal relação, entre APP – Sindicato, e Governo Richa, faz-se necessário afim de compreendermos o processo de tensão no qual se contruiu as políticas educacionais neste período.

O sindicalismo brasileiro, após passar por uma processo de aparelhamento burocrático durante a Ditadura Militar, tem no início da década de 80 uma retomada de sua organização, marcada, sobre tudo, por uma grande heterogeneidade em sua composição, possuindo entre seus quadros, desde trabalhadores de chão de fábrica preocupados com questões materiais imediatas, até teóricos marxistas, leninistas e trotskistas. Sendo que um ponto comum e unificador a todos os grupos que compuseram esse período, era a contestação da sociedade baseada no modo de produção capitalista, e a rejeição a regimes autoritários do leste europeu.

Durante a década de 90, com o avanço da implementação de uma agenda neoliberal no Brasil, o sindicalismo vai se transformando, e os grupos que se organizavam e disputavam a hegemonia sindical também, passando assim por um giro a direita, onde aos poucos vários grupos vão deixando a contestação da

sociedade capitalista de lado e cada vez, buscando uma conciliação com o capital.

A partir dessa análise conjuntural que se construiu desde a década de 80, passando por esse giro a direita, na década de 90, analisamos em que medida os posicionamentos da APP – Sindicato, se aproximam mais de uma concepção revolucionária de sindicato, próxima a concepção majoritária do início dos anos 80, ou de uma concepção mais reformista, influenciada pela ideia de conciliação com o capital.

Neste sentido o texto está organizado, em três partes, na primeira apresenta-se um panorama da conjuntura sindical brasileira desde o fim da Ditadura Militar, até os dias atuais, tomando por base a história da CUT (Central Única dos Trabalhadores), maior central sindical brasileira, e central a qual a APP – Sindicato é filiada, e partindo desta conjuntura da CUT, traçamos uma conjuntura do sindicalismo brasileiro atualmente e a conjuntura da APP – Sindicato.

Na segunda parte, com base em teóricos clássicos, como Marx, Engels, Mandel, Lenin e Trotsky, e também em teóricos contemporâneos, como Carlos Bauer, Alessandro Rubens Matos, José Santana da Silva, Lorene Figueiredo, procuramos caracterizar uma concepção revolucionária de sindicato, e uma concepção reformista.

Na terceira parte do trabalho, utilizamos uma análise dos jornais, 30 de Agosto, publicação oficial e mensal da APP – Sindicato, publicados entre Outubro de 2011, pois nesta edição apresentou-se um posicionamento da instituição sobre o processo eleitoral e o relacionamento com os possíveis governos, até a edição de dezembro de 2012, marcando assim a primeira metade do governo Richa.

CONJUNTURA SINDICAL

A década de 90 foi fundamental para a consolidação de um modelo de sindicalismo que domina a atual conjuntura do sindicalismo no Brasil, com papel fundamental nesse processo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a qual o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, APP – Sindicato é filiado. Entender o processo histórico que trouxe a CUT a atual conjuntura, nos auxilia a compreender também a conjuntura atual do sindicalismo brasileiro e da própria APP – Sindicato.

A CUT

A CUT surge agregando perspectivas e acúmulos políticos e ideológicos das grandes greves de 1978, 1979 e 1980, ocorridas num momento muito específico da história do Brasil e da classe trabalhadora brasileira. Estas greves ocorreram durante o período em que a luta pela redemocratização do país ganhava força, leis de cunho transitório começavam a serem aprovadas, como, por exemplo, a lei da anistia, que trouxe de volta para o país e, conseqüentemente, para próximo das organizações de trabalhadores intelectuais militantes da esquerda que estavam afastados do país.

Assim o surgimento da CUT representa um “novo gás” na organização dos trabalhadores, e devido a sua forte orientação socialista, muda a perspectiva da luta dos trabalhadores, trazendo para a pauta de discussões questões que iam para além de melhorias imediatas nas condições de trabalho e salários, buscando enfim organizar a luta dos trabalhadores colocando em discussão uma real emancipação da classe trabalhadora.

Esse Novo Sindicalismo, definido por Marcos Ferraz como “o conjunto de práticas e atores que dará origem a CUT” (FERRAZ, 2005), é caracterizado por uma disputa pela hegemonia da política sindical na esquerda brasileira. Se por um lado temos trabalhadores com quase nenhuma experiência de militância partidária e alguns que haviam rompido com seus partidos durante a ditadura, esses trabalhadores em sua grande maioria tiveram como primeira experiência partidária a

participação na fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980; tínhamos também trabalhadores ligados a setores de esquerda como PCB, PCdoB, PMDB e MR-8 que aliados a setores mais pelegos, do sindicalismo brasileiro, definição que Ferraz utiliza para setores que se mantiveram ou foram conduzidos as direções sindicais durante a ditadura, também faziam a disputa da consciência da classe trabalhadora. O primeiro grupo dá origem a CUT em 1983, e o segundo em 1985 cria a Central Geral dos Trabalhadores.

Durante o período que se segue, a CUT se torna referência no sindicalismo brasileiro, muito de sua amplitude se dá pela sua heterogeneidade. Emir Sader (1988) aponta três matrizes discursivas principais nessa formação: os sindicalistas autênticos, ou seja, trabalhadores que se interessam pela luta sindical, através do que Marx denomina a primeira etapa da tomada de consciência da classe trabalhadora, a luta por melhorias materiais imediatas; militantes ligados à teologia da libertação, setor progressista da igreja católica, e com alguma formação teórica já feita; e militantes da esquerda marxista, em geral trotskistas e leninistas, que não estavam organizados em nenhum dos partidos.

Porém, a heterogeneidade era unificada em alguns pontos específicos e fundamentais para a organização dos trabalhadores, como a rejeição ao sistema capitalista e a exploração do trabalhador por ele proporcionada, e o repúdio a regimes autoritários de matriz soviética (FERRAZ, 2005). Em outros pontos, porém, estes três principais grupos, caracterizados por Sader, apresentavam algumas contradições, como por exemplo na questão tática e teórica, por um lado existia um posicionamento mais crítico ao modelo sindical brasileiro por parte dos setores mais radicais, defendendo a idéia de que a CUT deveria encampar a luta por um novo modelo sindical fugindo das estruturas burocratizadas herdadas do período militar, e por se defendia a ideia de transformar o sindicalismo por dentro, ganhando as instituições sindicais. A segunda posição triunfou sobre a primeira, refletindo um crescimento muito rápido da CUT.

Rodrigues (1991) nos aponta que esse crescimento rápido se deu, pois, apesar de imobilizada durante a ditadura militar, a estrutura sindical estava preservada, e seu aporte financeiro e burocrático permitiu uma grande expansão da CUT a partir das vitórias em eleições sindicais. Já Almeida (1996), destaca que esse empoderamento do sistema sindical existente vai acarretar a absorção de alguns vícios pré-existentes como: a descentralização, a desconcentração e o

desenraizamento, propiciando um distanciamento entre a direção sindical e os trabalhadores do “chão da fábrica”.

Assim em toda a década de 80, seja dentro do sindicalismo ligado a CUT, ou fora dele, a luta sindical se dá em busca de melhores salários e melhores condições de vida, que segundo Mourão (2013) se materializa na derrubada da ditadura militar, e no projeto político da eleição de Lula em 1989. Isto em um período em que o capitalismo se reorganizava internacionalmente, com a implementação de políticas neoliberais, e a eminência de que um projeto político oriundo da classe trabalhadora tivesse êxito na eleição presidencial, o que poderia inclusive oxigenar a esquerda em escala internacional, haja visto que a União Soviética dava seus últimos suspiros, fez com que a grande elite capitalista brasileira se unisse em torno da candidatura de Fernando Collor como garantia de implementação do neoliberalismo no Brasil, Collor foi eleito em 1989 e deposto dois anos depois.

Porém, a derrubada de Collor não representou uma derrota ao projeto neoliberal, muito pelo contrário, seus sucessores Itamar Franco, mais timidamente, e Fernando Henrique Cardoso com maior consistência, continuaram a implementar a agenda neoliberal na política econômica brasileira, o que se consolidou através de uma política de reformas que visavam o Estado Mínimo, ou seja, as funções públicas não seriam necessariamente estatais, como saúde, educação e previdência por exemplo. Resultando num grande ataque ao sindicalismo, pois segundo Mourão (2013) com o aumento do desemprego estrutural os sindicatos sofrem enorme baixa em suas fileiras, enfraquecendo política e financeiramente as entidades.

Alves (2005) afirma que essa reestruturação do sistema produtivo capitalista nos anos 90 acarreta em mudanças estruturais na organização dos trabalhadores, nas estratégias e práticas sindicais:

Ocorreu o desenvolvimento de estratégias sindicais propositivas de cariz neocorporativo no interior do sindicalismo da CUT, com claro esvaziamento da perspectiva classista (o que poderíamos considerar um «um defensismo de novo tipo»). A principal característica da nova etapa do sindicalismo no Brasil é a passagem, no plano da estratégia sindical, da confrontação à cooperação conflitiva com o capital. (Alves, 2005, p. 275)

Analisando a conjuntura que se desenha para as lutas sociais nos anos 90, Mourão (2013, p125), afirma que “a burguesia é fácil de ser identificada, mas quem é a classe proletária numa organização internacional do trabalho onde a classe operária é cada vez mais diminuta?”. A autora coloca esta como uma questão central

da organização de novos movimentos sociais, onde numa perspectiva da pós-modernidade, que defende que não existe mais classes sociais, os novos movimentos sociais começam a defender que a opressão não atinge a uma classe apenas, mas a toda a sociedade. Deste modo o caráter classista vai se perdendo, os movimentos não discutem mais a gênese da opressão, ou seja, discutem-se opressões de gênero, de cor, a questão ambiental, entre outras, mas não se discute a maneira como o modo de produção capitalista produz tais opressões. Mourão afirma ainda, que os novos movimentos sociais mesmo se contraponto ao processo de exploração capitalista, o fato de não existir projeto social inviabiliza a derrocada do sistema capitalista, assim os movimentos sociais, segundo a autora, representam uma categoria ideológica imputada à sociedade, para explicar e manter a nova ordem mundial capitalista.

O sindicalismo da CUT segue a linha destes novos movimentos sociais, vemos neste período, crescer dentro da central e de sindicatos ligados a ela, inúmeros setoriais, onde a perspectiva classista vai se perdendo, e as pautas vão se construindo no sentido de se enfrentar as opressões do sistema capitalista de maneira setORIZADA, sem se discutir um projeto social amplo, que vise a derrocada do sistema capitalista.

Partindo destas análises vemos que os projetos de emancipação da classe trabalhadora presentes de maneira incisiva no sindicalismo da década de 80 e na construção da CUT, aos poucos foram diluídos durante a década de 90 em um sindicalismo de conciliação, onde o projeto emancipatório é deixado de lado, e uma visão reformista de cooperação com o capital é colocado em prática, assim a luta foca em conquistas pontuais, ao invés de se disputar um projeto de sociedade.

APP-Sindicato

A história da APP-Sindicato precede a da própria CUT, fundada em 26 de abril de 1947, ano que o Brasil estava sobe a presidência do militar Eurico Gaspar Dutra, ano emblemático para esquerda brasileira, pois neste foram cassados os direitos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que era uma espécie embrionária de central sindical ligado ao PCB. Ainda como Associação de Professores, atravessou o período militar e só pode se tornar Sindicato com a Constituição de 1988.

Durante sua trajetória já como sindicato na década de 90, passou por algumas reestruturações, como já ressaltado anteriormente em relação a todo o movimento sindical brasileiro. Ponto emblemático foi a adesão a CUT em 1995, onde o movimento sindical, como afirmará Alves (2005) passará da política de enfrentamento, à política de conciliação com o capital, nesta guinada à direita é que o CUT e APP-Sindicato entram em sintonia.

Outro ponto importante no decorrer da década de 90 para a formação da atual conjuntura da APP – Sindicato, foi a unificação em 1998 com o SINTE-PR - Sindicato dos Funcionários, consolidando um passo importante na unificação da categoria de trabalhadores em educação, ampliando a visão do educador para além da docência. A luta por esse reconhecimento de equidade enquanto trabalhadores entre professores e funcionários, persiste até os dias de hoje.

Com o avanço desta postura de conciliação com o capital crescente nos anos 90, além da chegada do PT ao poder em 2002, com a vitória de Lula a presidência da República, sem contar as inúmeras prefeituras e governos estaduais que o Partido dos Trabalhadores já havia conquistado, e forte ligação entre centrais sindicais, principalmente a CUT, com o PT, houve o que Armando Boito (2009) chamou de “acomodação política do movimento operário e popular”, ou seja, devido a proximidade com os movimentos sociais e sindicais, o governo petista “manteve e reformou o neoliberalismo, contribuiu para que essas lutas se mantivessem confinadas no nível reivindicativo e localizadas, desviando-se do objetivo de uma luta política geral contra o próprio modelo neoliberal” (BAUER, et al 2013).

Comin (1995) nos traz outro argumento sobre a capitulação frente ao capitalismo, ele afirma que a estrutura sindical corporativa, herdada do sindicalismo do período militar, ao mesmo tempo em que foi fundamental para o rápido crescimento da CUT, e de demais centrais nos anos 80, levou a Central a assumir uma política sindical contratualista, e segundo Ferraz (2005) tanto nos debates sindicais, quanto no meio acadêmico, tal postura pode ser caracterizada como uma capitulação frente ao capitalismo.

A apropriação da estrutura sindical já existente no período militar por parte das centrais que surgem na década de 80, como a CUT, é vista de uma maneira mais crítica por Boito Jr (1991), o autor defende que ao tomarem a postura de reformar o sindicalismo por dentro, e focarem no objetivo de ganharem a estrutura sindical já existente, atingiram apenas o efeito de estrutura corporativa.

Assim, considerando que a APP-Sindicato, seguindo a lógica do sindicalismo da CUT, e sua lógica contratualista e de capitulação ao capital, também se encontra no movimento que Boito (2009) caracteriza como “acomodação política do movimento operário e popular”, e que desde 2011 o estado do Paraná, é governado por Beto Richa (PSDB), que assumidamente defende uma agenda neoliberal, pergunta-se: como tem se dado os desdobramentos da luta sindical no estado? A partir desta conjuntura é que surgem os questionamentos deste projeto, de que maneira a APP-Sindicato vem se posicionando frente a este governo neoliberal, que não se mostra aberto a aceitar as pautas da categoria? E em que medida estes posicionamentos se aproximam de uma perspectiva mais revolucionária ou mais reformista de concepção sindical?

O presente projeto, parte da visão, defendida por autores como Bauer, Diniz e Paulista (2013), de que o professor, assim como os demais funcionários de escola, é um trabalhador, e esta visão também é a visão que o sindicato o qual estudamos defende ao se intitular como Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, desde a unificação com o SINTE, em 1995, os autores ainda afirmam que:

Como pesquisadores da área educacional, gostaríamos de dar uma pequena contribuição acerca do tema, propondo uma análise histórica do fenômeno de proletarianização do atual trabalhador docente, ou seja, o professor. No caso do Brasil – especificamente –, o desenvolvimento da categoria dos professores e, de certo modo, dos trabalhadores em educação em geral, está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento da educação formal e institucional brasileira, e esta, ao desenvolvimento da economia capitalista e das relações sociais de produção no Brasil. Em outras palavras, a formação social dos docentes brasileiros está ligada ao processo econômico-social do país. Diante dessa constatação, compreender como se gestou a relação economia/sociedade brasileira ao longo dos séculos XIX e XX torna-se pontapé inicial de nossa análise. BAUER ET AL, 2013)

Partindo desta afirmação, de que para compreender fenômeno de proletarianização do trabalhador em educação é necessário compreender a sociedade/economia, precisamos compreender as relações entre sindicato e

governo, e sindicato e base da categoria, para compreendermos em que medida estes trabalhadores se compreendem como pertencentes a classe trabalhadora, e a percepção destes trabalhadores sobre como se dão a implementação de políticas educacionais, e a respectiva influência no seu trabalho. Essas percepções são fundamentais não só para consolidação de uma classe de trabalhadores em educação que lutem pela emancipação da classe trabalhadora, como também essa percepção, partindo de uma visão de educação que vise o “respeito à autonomia do ser do educando” (FREIRE, 1996), refletirá diretamente na prática, tanto do trabalho docente como do não-docente, se constituindo assim, fundamental para uma educação que vise a emancipação também do educando.

MODELOS SINDICAIS

Sindicato Revolucionário

Os sindicatos surgem segundo Silva (2011) como resultado da consolidação capitalista através do processo de Revolução Industrial na Inglaterra, no final do século XVIII, expandindo-se para outros países conforme o processo de industrialização vai avançando, na maioria dos países a associação entre trabalhadores era proibida, dando origem a várias associações secretas, o primeiro país a reconhecer por lei a existência entidades de representação dos trabalhadores foi a Inglaterra em 1824.

Marx e Engels (2003), no Manifesto do Partido Comunista, conclamam a classe trabalhadora, “Proletários de todos os países, uni-vos!”, ressaltando que a luta contra o sistema capitalista não obteria sucesso se não fosse pela união dessa classe. Partindo deste principio o sindicato se torna uma organização importante na luta pela libertação dos trabalhadores da opressão do capital.

Quanto a libertação da classe trabalhadora, Marx e Engels (2002), afirmam que ela só pode se dar no mundo real através de meios reais, a superação filosófica e teológica da opressão, não libertará a classe trabalhadora. Assim os sindicatos constituem ainda uma ferramenta de luta real contra a opressão capitalista, tendo papel fundamental na organização dos trabalhadores.

Segundo Bauer e Matos (2010, p.158), “sem esse instrumento organizador da classe, a dispersão só aumentaria a divisão dos trabalhadores. De modo que, uma das maiores virtudes das entidades sindicais é sua capacidade de favorecer a união dos trabalhadores, unificando-os em torno de interesses convergentes”. os autores ainda citam Engels (2008, p.45) que afirma que “a competição dos trabalhadores entre eles mesmos é o pior lado do atual estado de coisas para o operariado, a arma mais afiada contra o proletariado nas mãos da burguesia.”. Deste modo Bauer e Matos (2010, p.159) afirmam que a participação na organização e construção de sindicatos que aglutinem o maior numero possível de trabalhadores é fundamental para a luta por conquistas sociais, que só ocorre com o apoio de toda a classe explorada, sendo assim tarefa de um sindicato marxista, que se proponha a transformar a realidade.

Lênin (2008, p.104) nos afirma sobre a greve: “mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere ao governo e às leis”. Em consonância com isto, Bauer e Matos (2010, p.159) afirmam que “é no engajamento político, por conquistas sociais contra a classe dominante, que o trabalhador aprende que na sociedade capitalista, o Estado e a burguesia são parceiros de um processo que visa à dominação de uma classe sobre a outra”, assim em um sindicato que se propõe a ser revolucionário, atuar na formação da classe trabalhadora é fundamental.

Engels e Marx (1980 p.11) atentam também para a necessidade da organização dos trabalhadores, para que se tenha um efetivo enfrentamento ao capital e a burguesia, ter um caráter internacionalista, os autores afirmam que “a emancipação do trabalho não é um problema nem local nem nacional, mas social, que compreende a todos os países nos quais existe a sociedade moderna e necessita para sua solução o concurso teórico e prático dos países mais adiantados”, assim apontam para a necessidade das organizações sindicais, estarem se articulando a nível internacional.

Sobre a luta econômica dos sindicatos Marx e Engels afirmam:

“O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor” (Marx e Engels, 2008, p.63)

Porém os autores ressaltam, quanto ao papel do sindicatos na organização da luta dos trabalhadores e sua finalidade principal, que “cabe aos próprios trabalhadores lutarem por sua libertação da exploração e dominação capitalistas, sendo a finalidade prática de toda organização operária a realização desse objetivo (Marx e Engels, 1980, p.35), ou seja, o sindicato deve estar atento e lutar por melhorias nas condições de trabalho e condições materiais dos trabalhadores, mas não pode esquecer e nem fugir de sua principal função que é a luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Este ponto, o das questões econômicas e imediatas, se apresenta por um lado de modo a agregar a luta, pois, segundo Marx o primeiro passo para tomada de

consciência da classe trabalhadora é luta por questões imediatas, assim os sindicatos ao fazerem esse enfrentamento se tornam “ainda mais importantes como força organizada para suprimir e substituir o sistema de trabalho assalariado”(Marx e Engels, 1980, p.14); por outro lado essas pautas imediatas, fazem o sindicato correr o risco de se distanciar da luta pela superação da opressão do capital. Marx e Engels dizem sobre isso que os sindicatos já no século XIV se preocupavam “em demasia exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital” (1980, p.14) e assim se distanciavam da luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Do ponto de vista organizativo, para Marx e Engels, os sindicatos deveriam se ocupar de construir a luta nas categorias de trabalhadores mais desorganizados e explorados, a fim de criar “nas grandes massas operárias, a convicção de que, em lugar de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas, seu objetivo tende à emancipação de milhões de proletários subjugados”(1980, p.15). Segundo Silva (2011) é nesta afirmação que encontramos a concepção de Marx sobre o papel político dos sindicatos que deveriam “abarcando a totalidade da luta da classe operária pela sua autoemancipação, ultrapassando os limites da ação com objetivos imediatos e restritos aos interesses de uma categoria. Trata-se de uma concepção classista revolucionária e não corporativa reformista” (Silva, 2011, p.5).

Assim, com base em Marx, Engels e demais autores citados acima, podemos definir uma configuração mínima de um sindicato que se proponha a ter concepções marxistas revolucionárias: ser um sindicato de massas, abarcando o maior número de trabalhadores possível; deve pautar sua atuação no objetivo de alcançar a emancipação da classe trabalhadora, e por consequência, a superação do capitalismo; ter caráter internacionalista pois a luta contra a opressão do proletariado não se dá apenas em um país ou localidade, ela é mundial. Ainda, um sindicato que se proponha revolucionário marxista deve ter sua atuação política pautada na disputa da consciência da classe trabalhadora, através da formação política e da luta junto as grandes massas exploradas, tendo a leitura de que a luta por condições financeiras e imediatas é fundamental para a conscientização dos trabalhadores não politizados, mas ela não pode ser tornar central na atuação do sindicato, a fim de não correr o risco de se distanciar da luta pela superação do capitalismo.

Sindicato Reformista

As degenerações das organizações dos trabalhadores já eram apontadas por Trotsky (1978), que verificou as dificuldades do movimento sindical em se manter independente frente a fase do capitalismo monopolista. Figueiredo (2007) afirma que neste contexto, o poder estatal sobre as organizações de trabalhadores é aumentando, justamente para conter o avanço destas organizações, levando o Estado ao papel de protetor, patrocinador e árbitro. Trotsky (1978) afirma ainda que os sindicatos podem transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do operariado ou se tornarem ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários.

Mandel (2009) caracteriza o reformismo como, essencialmente gradualista. Ou seja, segundo o pensamento reformista, a superação do capitalismo se dará a partir de mudanças pequenas e graduais, até a expropriação total dos meios de produção da burguesia. O autor afirma ainda que “ a experiência confirma que em nenhum país, a burguesia perdeu o seu poder econômico e político pela via gradualista. As reformas podem enfraquecer esse poder. Elas não podem aboli-lo.” (2009)

A oposição entre reformistas e revolucionários se dá em um ponto central da análise do capitalismo, Mandel (2009) afirma que por um lado os reformistas tendem a defender que com as reformas gradualistas frente ao desenvolvimento do capitalismo, haveria cada vez menos guerras, cada vez menos práticas repressivas da parte do Estado, cada vez menos conflitos sociais explosivos, enquanto os revolucionários defendem que o processo desenvolvimento do capitalismo em por si só, culminaria no oposto a isto, ou seja, com o aumento de tais contradições e conflitos. Mandel (2009) ressalta que a história do século XX nos provou que os reformistas estavam errados, Mandel afirma que a opção gradualista é a grande lição das revoluções do século XX, é o balanço positivo na Revolução de Outubro, e é o balanço negativo nas revoluções espanhola e alemã, as principais revoluções derrotas no século XX.

Essa tomada de posição reformista ganha força, à medida que uma burocracia sindical vai ganhando força e se enraizando nas estruturas das organizações dos trabalhadores, Mandel (2005) afirma que o surgimento desta burocracia sindical é inerente ao crescimento da organização dos trabalhadores:

”o aparecimento de organizações de massa políticas ou sindicais é inconcebível sem o aparecimento de um aparelho de elementos permanentes, de funcionários – e, quem diz aparelho e funcionários, diz já fenômeno de burocratização em potencial: assim, logo de início, vemos surgir uma das raízes mais profundas do fenômeno burocrático.”(MANDEL, 2005)

Por outro lado, a existência de uma estrutura burocrática sindical é fundamental para a organização dos trabalhadores, assim, para “o desenvolvimento operário torna absolutamente indispensável a criação de um aparelho e o aparecimento de funcionários que, por uma certa especialização, procuram preencher as lacunas criadas pelas condições proletárias no seio da classe operária”(Mandel, 2005), o autor ressalta ainda que essa especialização, em uma sociedade baseada na divisão do trabalho, onde os trabalhadores exercem as mesmas funções a vida todo, faz com eles tenham tendência em considerar sua atividade como um fim em si. Da mesma maneira levam a considerar a estrutura das organizações como o objetivo em si, especialmente por aqueles indivíduos que compõem o aparelho, os funcionários permanentes, os burocratas em embrião.

Não podemos fazer esta leitura, sem levarmos em conta as questões materiais imediatas, pois atrás da burocracia, existe o problema dos privilégios materiais e da defesa desses privilégios, porém é muito simplista reduzir a questão da burocratização apenas a questão material, Mandel (2005) analisa este fator como a “dialética das conquistas parciais”, que o autor define como:

“Esta dialética manifesta-se nos comportamentos daqueles que subordinam o prosseguimento e a vitória das lutas operárias para chegar à conquista do poder nos países capitalistas somente à defesa das organizações operárias existentes; daqueles que subordinam, no plano internacional, a expansão da revolução mundial e o desenvolvimento da revolução colonial à defesa passiva da União Soviética e dos países operários. Comportam-se como se os elementos de democracia operária no seio do mundo capitalista e a existência dos Estados operários fossem objetivos em si mesmos, fossem já a forma acabada de socialismo. Comportam-se como se qualquer nova conquista do movimento operário

devesse subordinar-se de maneira absoluta e imperativa à defesa do que existe. E isto cria de fato uma mentalidade fundamentalmente conservadora.”(MANDEL, 2005)

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (2003, p.58) , afirmam que "Os proletários nada têm a perder senão suas cadeias". Mandel (2005), afirma que, esta idéia que representa uma das bases do marxismo, é deixada de lado, com a conquista de alguns avanços materiais imediatos para uma parcela do proletariado, a burocracia, que passa a ter alguns privilégios em relação aos outros trabalhadores, e a partir daí, a cada passo, a cada enfrentamento é colocado na balança os privilégios conquistados e o risco de perde-los.

Isto, segundo Mandel (2009), caracteriza o mais profundo conservadorismo, pois esta dialética das conquistas parciais deve ser compreendida, segundo o autor, como uma verdadeira dialética, que não pode ser resolvida por fórmulas exatas, porque se constitui de uma verdadeira contradição dialética sobre problemas reais.

Se o conservadorismo burocrático colocava-se contra os interesses da classe trabalhadora na luta por sua emancipação, por priorizar a defesa das conquistas existentes, por outro lado, não podemos deixar de defender as atuais conquistas. Mandel (2009) afirma que o conservadorismo consiste em considerar que “qualquer salto em frente tido por importante na revolução seja à escala nacional, seja à escala mundial, ameaça automaticamente as conquistas anteriores. Esta atitude caracteriza o conservadorismo profundo e permanente das burocracias tanto reformistas quanto stalinistas”

Desta forma, tendo por base teórica Mandel, podemos verificar algumas características de um sindicalismo reformista: a capitulação ao capital, a preocupação com problemas materiais imediatos, e um conseqüente distanciamento da luta pela emancipação da classe trabalhadora; o fortalecimento de uma burocracia que esteja mais compromissada em manter seus privilégios frente a classe trabalhadora do que a luta por novas conquistas também são características básicas do reformismo sindical.

30 DE AGOSTO, A VOZ DA APP – SINDICATO

O levantamento de dados para que possamos analisar os posicionamentos da APP – Sindicato, neste trabalho, se deu a partir da publicação mensal da entidade, o Jornal 30 de Agosto, que funciona como um instrumento oficial de comunicação entre a direção e base, onde são repassadas à base da categoria posições oficiais da entidade e instruções para a categoria se posicionar sobre as políticas de Estado.

Neste trabalho nos propomos um recorte de tempo entre 2011 e 2012, ou seja, primeira metade do governo Beto Richa, porém para compreendermos melhor como se constrói esses posicionamentos frente ao governo em questão precisamos retornar a duas edições especiais do 30 de Agosto, ainda em 2010.

A edição 156 de outubro de 2010 traz um debate sobre as eleições daquele ano, apresentando a defesa, que foi aprovada pelo Conselho Estadual do Sindicato, da candidata a presidência da república a situação Dilma Roussef, pois a entidade em uma comparação entre os governos do Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT), destacava melhorias e avanços nas políticas educacionais. O que nos mostra, a principio, um passo no sentido de um sindicato revolucionário, pois amplia a discussão para temas para além de suas necessidades imediatas; por outro lado pode representar apenas o que Trotsky (1978) alerta ser a capitulação da estrutura sindical ao poder estatal, haja vista que a maioria dos dirigentes do sindicato são ligados ao PT.

Na edição 157 de dezembro de 2010, a direção sindical apresenta um balanço do período que se encerra, o do governo estadual PMDB (Requião/Pessuti), período que segundo a análise apresentada representou avanços para a categoria, como o reconhecimento dos planos de cargos e carreiras para professores e funcionários, o reconhecimento em lei da reposição automática da inflação. Apresenta também nesta edição uma pauta prioritária da categoria para o próximo ano, onde destacam a nível nacional, a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, e a nível estadual equiparação salarial professores, Sistema de Saúde, ampliação da hora-atividade, redução de alunos por turma, redução da jornada, melhorias nas infraestruturas e condições físicas dos prédios escolares, recuperação do reconhecimento social dos trabalhadores em educação. O que fica claro aqui é que a pauta prioritária da categoria não apresenta nenhuma discussão

sobre a superação de um modelo econômico, ou ao menos associa tais questões materiais e imediatas à conjuntura do sistema capitalista. Ainda na edição 157, a direção sindical apresenta uma perspectiva de luta para o próximo período que se inicia, e avalia que estará se iniciando um período de maior ataque aos direitos dos trabalhadores, tendo em vista que se inicia um governo que, segundo a publicação, tem “interesses antagônicos aos da classe trabalhadora”.

A primeira edição do ano de 2011, assim como as dos meses 07/2011, 01/2012 e 06/2012 fazem parte de uma publicação tradicional da APP-Sindicato: uma edição especial publicada no início de cada semestre letivo, com a denominação de Edição Pedagógica. Estas edições representam, talvez, a maior proximidade de prática, de luta e organização da APP – Sindicato, com um modelo revolucionário de sindicato, pois nestas edições pedagógicas é defendido um modelo de educação emancipadora e libertadora, questionadora da democracia burguesa, defendendo o papel da educação como integrante de um projeto de transformação da sociedade, apontando para a luta por uma sociedade justa e igualitária.

A edição de janeiro de 2012 é bem clara na defesa destes pontos. Sob o mote “Organizar, Resistir e Avançar: Socialismo ou Barbárie”, baseado nas deliberações do congresso estadual, apresenta uma avaliação dos primeiro semestre do governo Richa e seu projeto político, destacando que ele é antagônico ao projeto político aprovado em congresso, que visa a emancipação da classe trabalhadora e a construção de uma sociedade socialista.

Na edição pedagógica de junho de 2011 o seu editorial destaca que a luta da categoria vai além da luta por melhores condições de trabalho e materiais, “ela se estende a um projeto de sociedade ao qual a escola tenha um papel social decisivo”, destacam também a luta pela construção de “uma nova cultura”.

As edições pedagógicas trazem sempre textos com reflexões teóricas sobre o papel da escola e sua relação com a sociedade, sobre um modelo de educação emancipadora e libertadora, trazendo sempre artigos de pesquisadores na área, mantendo sempre um referencial teórico em torno de Antônio Gramsci e Paulo Freire.

Outro ponto que aproxima a prática de atuação da APP – Sindicato a um modelo mais radicalizado de sindicato é seu projeto de formação político sindical. Podemos ver essas políticas e ações destacadas nas edições 159, 163 e 165, nas

quais encontramos artigos que apontam para uma formação sindical que tem como foco a disputa da consciência da classe trabalhadora.

Além de se preocupar com o ganho da consciência dos trabalhadores o programa de formação procura dialogar com os saberes da academia, na edição 159 é apresentado um programa de formação sindical para o ano de 2011, onde em parceria com o setor de educação da UFPR, apresenta uma boa base teórica para a compreensão da prática educacional e sindical, com os seguintes temas: “A macropolítica e sua relação com a escola: Análise da conjuntura das Políticas Educacionais do Paraná” e “As concepções ideológicas, teóricas e pedagógicas da sociedade, da escola e seu impacto na gestão do Estado”.

Este programa de formação sindical em parceria com a UFPR e os 29 núcleos sindicais, segundo dados da própria APP apresentados na edição 163, é o maior programa de formação sindical do país, demonstrando que a APP – Sindicato dá certa prioridade nesta área de atuação.

Essa prioridade nos é destacada na edição 165, onde é apresentado um balanço do programa de formação sindical do ano de 2011. Afirma-se nesta edição que o número de sindicalizados atingidos pelo programa de formação foi de 3000, em cursos realizados por todo o estado, onde foi possível aprofundar o debate sobre a sociedade, a educação que temos e a que queremos, objetivando ampliar a participação, intervenção e a organização dos trabalhadores em educação do Paraná.

Questões de gênero e étnico-raciais ganham um importante espaço dentro da estrutura organizacional da APP – Sindicato, tanto na criação de cursos de formação política focados nestas questões, como nos cadernos especiais que são publicados anualmente em alusão ao dia internacional da mulher, em 8 de março, e ao dia nacional da consciência negra.

Tais edições focam em discutir as questões de gênero e étnico-raciais dentro da sociedade capitalista, e a maneira como a educação pode atuar na superação de tais preconceitos, tão enraizados em nossa cultura. Isto representa por um lado um ponto importante pois representa o sindicato procurando fazer a discussão da sociedade para além de suas questões imediatistas e materiais, porém como ressalta Mourão (2013) essa segmentação tira o caráter classista da opressão, e não foca na grande contradição entre capital e trabalho, criando sub-contradições, que afastam os sindicatos, e demais movimentos sociais, da luta pela superação da

sociedade do capital.

A publicação 30 de Agosto se torna também um instrumento importante na disputa pelas pautas da categoria, pois ao mesmo tempo em que serve para informar a categoria e comunidade escolar sobre o andamento das negociações com o governo, e organizar possíveis mobilizações, é um instrumento de embate teórico e técnico com o governo.

A edição 158, em março de 2011, apresenta a pauta permanente da categoria, a ser atualizada em congresso estadual. Pauta na qual verificamos apenas questões imediatas e materiais como, a equiparação salarial de professores e funcionários com os agentes profissionais, a manutenção da isenção previdenciária para aposentados, defesa da lei do Piso Salarial Profissional Nacional, entre outros.

A edição 161 dedica-se a orientar os trabalhadores sobre o que representa a consulta pública feita pelo governo do estado no seu portal sobre os itens de pauta da categoria, para saber a opinião da categoria. Itens como remoção de funcionários, cargo de 40 horas, concurso público, distribuição de aulas, PSS¹ (Processo Seletivo Simplificado) e PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), são objeto de questionamentos do governo perante a categoria. A consulta pública do governo tinha por objetivo confrontar as respostas da categoria, com as pautas e prioridades defendidas pela direção sindical.

Em dezembro de 2011, a publicação apresenta à categoria um balanço do primeiro ano de luta sindical frente ao governo Beto Richa, onde a direção sindical considera que mesmo obtendo importantes conquistas nas negociações, o governo dá sinais explícitos de uma concepção de Estado antagônica à dos trabalhadores, além de destacar que os itens prioritários da pauta para 2012 são 33% de hora atividade, alterações no plano de carreira de funcionários e professores, e a conquista de um novo modelo para o Serviço de Atendimento a Saúde do Servidor (SAS). Demonstrando que os principais pontos ainda continuam na pauta, e que mesmo a direção sindical reconhecendo que a concepção de Estado defendida pelo governo estadual é antagônica à dos trabalhadores, deposita certa confiança nos acordos feitos com o governo.

¹ Profissionais contratados sem concurso público para suprir a falta de profissionais, os contratos chamdos PSS obedecem regime especial, e não segue nem as regulamentações do Estatuto do Servidor, nem as da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), representando uma grande precarização nas condições destes trabalhadores..

Março de 2012, edição 168, representa um mês de luta pela educação pública, gratuita e de qualidade em todo o país, uma paralisação nacional de 3 dias é chamada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), porém a APP – Sindicato delibera por paralisar apenas um dia, e focar a paralisação na cobrança dos 33% de hora atividade, alterações no plano de carreira de funcionários e professores, um novo modelo para o SAS e os 10% do PIB para educação. Ainda nesta edição é apresentado um estudo do DIEESE que mostra redução no investimento em educação por parte do governo Richa, no ano de 2011 em relação a 2010.

Com base neste e em outros estudos do DIEESE, é que em edições posteriores como 169, 173, 174 e 175, a APP – Sindicato vai apresentar alguns embates técnicos com o governo, como por exemplo, em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal(LRF), que comumente é utilizada por este e por outros governos como justificativa para a não implementação de conquistas financeiras que são direitos dos trabalhadores.

O debate feito em torno da LRF, pela APP – Sindicato, foca na distorção de interpretação da lei, segundo o Tribunal de Contas e o Governo no cálculo de gastos com folha de pagamento incluem como gastos o imposto de renda e pensões. Esses itens haviam sido retirados dos critérios em 2007, mas incluídos novamente no início do governo Richa.

Os debates em torno LRF ressaltam ainda, que diferente do que o governo tenta transparecer a opinião pública, o fato de atingir o limite da lei não representa falta de dinheiro, pelo contrário, segundo dado do DIEESE apresentado pelo sindicato, a arrecadação do estado teve um aumento de 15,63% só em 2012, contrastando com a diminuição do investimento em educação no ano de 2011 em relação ao que foi investido em 2012, também segundo dado do DIEESE.

A edição 176, de dezembro de 2012, última do recorte temporal deste trabalho, apresenta um debate teórico e político entre APP – Sindicato e governo, referente a interpretação da implementação dos 33% de hora atividade: o governo usa o calculo de hora relógio para alegar que os professores já tem esse direito, e apresenta uma tabela de hora atividade progressiva conforme avança no tempo de carreira, o sindicato rechaça essa proposta, inclusive em assembleia, e defende que o calculo seja feito com base na hora aula, que é o que rege o contrato de trabalho dos professores no Paraná.

Outro ponto importante desta última edição de 2012 foi uma breve avaliação das políticas educacionais apresentadas pelo governo neste período, onde a publicação afirma:

“Várias ações do governo do Estado implementadas sem um debate adequado com professores e funcionários têm trazido enormes preocupações e críticas da categoria. Entre estas o esvaziamento do processo de formação continuada, as alterações efetuadas na educação profissional e na educação de jovens e adultos, a instituição do recente sistema de avaliação (Saep) e a implantação de uma matriz curricular de referência para o Ensino Fundamental já para o início de 2013.” (30 de Agosto, Ed.176, Dez 2012)

Assim a publicação destaca o caráter antidemocrático e centralizador das políticas educacionais do governo Beto Richa, a busca pela implementação de uma agenda neoliberal de Estado mínimo também é constantemente denunciada na publicação.

Por fim a edição ainda traz uma avaliação do período de lutas nestes dois anos de governo. Essa avaliação se centra na valorização das mobilizações da categoria, destacando que o “pulso firme” nas mesas de negociações é fundamental para os avanços no reconhecimento dos direitos da categoria, e por fim, ressalta que mesmo tendo várias pautas ignoradas pelo governo, como os 33% de hora atividade, novo modelo para SAS, e alteração nos planos de carreiras, o período pode ser considerado de avanços, onde se ressalta a conquista a aprovação da lei da equiparação salarial, entre professores e demais agentes profissionais de nível superior, que segundo lei aprovada será pago em parcelas ao longo dos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando todo o histórico de formação do sindicalismo brasileiro, desde fins da década de 70 até o presente momento, podemos ver que várias são as correntes de pensamento que influenciam a organização dos trabalhadores.

Os sindicatos que mantiveram suas estruturas burocráticas em funcionamento durante o período militar, aos poucos vão sendo tomados pela base da categoria, em grande maioria, orientada por ideais de esquerda, porém apresentando grande heterogeneidade na sua composição, Emir Sader (1988) nos apontou no mínimo três origens diferentes nesta composição sindical: os sindicalistas autênticos, trabalhadores preocupados com suas questões imediatas de trabalho e materiais; a esquerda católica, baseados na teologia da libertação; e os militantes marxistas radicais, em sua maioria leninista e trotskysta.

Essa heterogeneidade refletiu na disputa da hegemonia da esquerda brasileira, no processo de formação do que Marcos Ferraz (2005) veio a definir como Novo Sindicalismo, ou seja, o conjunto de práticas e atores que deram origem a CUT, este processo não se deu de maneira simples e consensual, representou uma grande disputa entre todos esses setores que participaram do processo de surgimento da central.

A diversidade de grupos que participaram deste processo se unificava em pontos específicos e fundamentais para a organização dos trabalhadores, como a rejeição ao sistema capitalista e a exploração do trabalhador por ele proporcionada, e o repúdio a regimes autoritários de matriz soviética (FERRAZ, 2005), isso fez com que esse novo sindicalismo surgisse tendo como eixo central a contestação do sistema econômico e político capitalista, com foco na luta pela superação do capital e emancipação da classe trabalhadora.

Podemos perceber que a partir dos anos 90, com a reestruturação do capitalismo a nível internacional, e o fortalecimento de políticas neoliberais, houve também uma reestruturação na organização dos trabalhadores. Segundo Alves (2005) este processo fez com a estratégia sindical passasse da confrontação à cooperação conflitiva com o capital. Mourão (2013) afirma ainda que neste processo vai se perdendo aos poucos o caráter classista dos movimentos sociais, e em uma perspectiva da pós-modernidade amplia-se uma visão de que a opressão se dá por setores da sociedade, independente da classe social.

É o reflexo desta construção histórica que encontramos em nossas análises da publicação 30 de Agosto, da APP – Sindicato, através de seus posicionamentos frente as políticas educacionais, e sua atuação junto a classe dos trabalhadores em educação pública do estado do Paraná.

Levando em conta os dois modelos de sindicalismo que tomamos por base neste trabalho, podemos identificar que na dinâmica da atuação sindical em certos pontos a APP – Sindicato vai se aproximar mais de um modelo do que de outro.

Levando em conta a concepção de educação defendida em todas as edições que tratam de questões teóricas sobre a educação, podemos observar desde seu referencial teórico, onde Gramsci e Paulo Freire são frequentemente utilizados, que a entidade sindical defende um modelo de educação que busque a contestação da sociedade capitalista, tendo por objetivo a emancipação e liberdade da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva está também o programa de formação política que o sindicato mantém permanentemente, cujos eixos temáticos buscam sempre uma disputa da consciência da classe trabalhadora, em uma concepção de questionamento da sociedade do capital.

Nestes aspectos os posicionamentos da APP – Sindicato se aproxima da concepção revolucionária apresentada neste trabalho, cumprindo o papel, enquanto entidade de organização da classe trabalhadora, de questionar o modelo de sociedade e ir além de seus problemas imediatos, buscando a superação do modo de produção capitalista.

Por outro lado, ao analisarmos a grande fragmentação do foco da luta que a APP – Sindicato apresenta, em suas publicações específicas que tratam de questões de raça e gênero de maneira isolada, aliado a política de setoriais da entidade, onde se discutem juventude, feminismo, raça, LGBT, entre outros, observa-se a fragmentação que Mourão (2013) apresenta como um fator que faz com que se perca o caráter classista da luta, ignorando que tais contradições são frutos de uma maior contradição, a contradição entre trabalho e capital.

Junto a isto, temos a questão de toda a pauta da categoria defendida pela APP – Sindicato centrar-se em itens ligados a questões imediatas e financeiras, sem, em nenhum momento, incorporar à pauta da categoria questões mais amplas, de questionamento do modo de produção capitalista.

Assim temos neste lado, uma forte aproximação com o modelo sindical reformista, apresentado neste trabalho, pois se abandona o questionamento das contradições da sociedade capitalista, a fim de garantir melhorias imediatas e materiais, deixando de lado a luta contra o capital, e passando para uma luta de conciliação com o que, pela natureza do modo de produção capitalista, seria o seu antagônico.

Levando em conta todo esse processo histórico que influenciou a atual conjuntura do sindicalismo brasileiro, sobretudo do sindicalismo ligado a CUT e a própria construção da APP – Sindicato, não podemos criar uma dicotomia entre revolucionários e reformistas. Podemos ver que na prática da atividade sindical, em dados momentos a postura sindical vai se aproximar mais de um modelo ou de outro, num processo dinâmico, e neste processo não podemos desconsiderar as inúmeras forças que se organizam e disputam a hegemonia dos sindicatos, e esta seja a grande questão que este trabalho deixa em aberto: quais as forças que compõe esta disputa interna da APP – Sindicato, e como se dá esse processo de disputa?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. H. T. **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edusp, 1996.

ALVES, Giovvani. **Trabalho e mundialização do capital**. Londrina: Práxis, 2005.

APP Sindicato. **Estatuto**. Disponível em http://www.app.com.br/portalapp/imprensa/Estatuto_APP.pdf Acesso em: 20/10/2013

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. 156**. Curitiba, Outubro de 2010

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. 157**. Curitiba, Dezembro de 2010

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. Pedagógica**. Curitiba, Janeiro de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. Pedagógica**. Curitiba, Janeiro de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. Dia Internacional da Mulher**. Curitiba, Março de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed.158**. Curitiba, Março de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed.159**. Curitiba, Abril de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed.160**. Curitiba, Maio de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed.161**. Curitiba, Junho de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed.162**. Curitiba, Julho de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed.163**. Curitiba, Agosto de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed.164**. Curitiba, Setembro de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed.165**. Curitiba, Novembro de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. Consciência Negra**. Curitiba, Novembro de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed.166**. Curitiba, Dezembro de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed.167**. Curitiba, Dezembro de 2011

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. Pedagógica**. Curitiba, Janeiro de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. Mobilizações**. Curitiba, Fevereiro de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. Dia Internacional da Mulher**. Curitiba, Março de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. 168**. Curitiba, Março de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. 169**. Curitiba, Abril de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. 170**. Curitiba, Maio de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. 171**. Curitiba, Junho de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. Pedagógica**. Curitiba, Junho de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. 172**. Curitiba, Julho de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. 173**. Curitiba, Agosto de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. 174**. Curitiba, Setembro de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. 175**. Curitiba, Outubro de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. Consciência Nega**. Curitiba, Novembro de 2012

APP – Sindicato. 30 de Agosto. **Ed. 176**. Curitiba, Dezembro de 2012

BAUER, C., MATOS, A. **Marx, Engels, e o sindicalismo docente**. Revista espaço acadêmico n°114, 10, Out. 2010. disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/espacoacademico/article/view/11268/6254>. Acesso em 30/10/13

BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês; DINIZ Cássio. **O Sindicato na Sociedade Capitalista e a Exterioridade do Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil** in: Bauer, Carlos; Diniz, Cássio; Paulista, Maria Inês (orgs.). Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil/ Carlos Bauer, Cássio Diniz e Maria Inês Paulista(orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

BOITO JR., A. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: Hucitec, 1991

BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. **Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000**. In: OSAL. CLACSO, Buenos Aires, Ano X, n. 26, out. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal26/05boito.pdf> 30/08/2013>.

COMIN, A. A. **A estrutura sindical corporativa: um obstáculo à consolidação das centrais sindicais no Brasil**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1995.

ENGELS, Friedrich., MARX, Karl. **Sindicalismo**. Tradução de José Roberto Marinho. – São Paulo: CHED, 1980.

ENGELS, Friedrich., MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Centauro, 2002.

ENGELS, Friedrich., MARX, Karl. **Manifesto comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl, LENIN, Vladimir, TROTSKY, Leon. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2008.

FIGUEIREDO, L. **Burocracia sindical: A experiência dos trabalhadores em educação no Estado de Minas Gerais**. In: V Colóqui MarxEngels. Unicamp, Campinas, 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao4/Lorene_Figueiredo.pdf. Acesso em 29/10/2013.

MANDEL, E. **A Burocracia no Movimento Operário**. Marxists Internet Archives. 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/burocracia.htm> Acesso em: 29/10/2013

MANDEL, E. **A Natureza do Reformismo Social Democrata**. 2009. Marxists Internet Archives. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mandel/1993/09/21.htm> acesso em 29/10/2013

MOURÃO, A. R. B. **Movimento Sindical e Suas Perspectivas Para o Século XXI** in: Bauer, Carlos; Diniz, Cássio; Paulista, Maria Inês (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil/ Carlos Bauer, Cássio Diniz e Maria Inês Paulista(orgs.)**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

FERRAZ, M. **Da cidadania salarial à agência de desenvolvimento solidário: O Sindicalismo-CUT e os desafios para inventar uma nova cidadania**. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RODRIGUES, L. M. **As tendências políticas na formação das centrais sindicais**. In: BOITO JR et all. **O sindicalismo brasileiro nos anos 1980**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, J.S.da. **A Organização Sindical na Perspectiva Marxista**. In: Marx e o

Marxismo 2011: teoria e prática. UFF, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC322F.pdf> acesso em: 29/10/2013

TROTSKY, L. **Escritos sobre sindicato**, São Paulo: Kairós, 1978.